

Diário da Assembléia

Nºs 3.078 / 3.079

CURITIBA, 20 E 21 DE AGOSTO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quíelise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Lasso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Álvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quíelise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Lasso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Lasso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Álvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quíelise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

RESOLUÇÃO N.º 24-74

DATA: 15 de agosto de 1974.

SUMULA: Estabelece novos horários para realização das Sessões Plenárias da Assembleia Legislativa, até o dia 15 de novembro do corrente ano. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — As sessões plenárias da Assembleia Legislativa do Estado, até 15 de novembro de 1974, serão realizadas nos seguintes horários.

2.ª feira — Reunião das Comissões, com início às 19,30 horas.

3.ª feira — Sessões Plenárias às 14,30 horas.

4.ª feira — Sessão Plenária às 14,30 horas e reunião das Comissões.

5.ª feira — Sessão Plenária às 10,00 horas e reunião das Comissões.

6.ª feira — Reunião das Comissões.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15-8-74.

JOÃO MANSUR — Presidente

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 134ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 20 de Agosto de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Arizone Araújo e Borsari Neto.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domício Scaramella, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, Lázaro Dumont, João Fadel, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quíelise Crisóstomo, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Rosário Pitelli (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aginaldo Pereira Lima, Antônio Maciel, Emílio Carazzai, Francisco Escorsin, Haroldo Bianchi, Luiz Roberto Soares e Xenofonte Villanueva (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 40 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 137-74, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 162-72, de autoria do Dep. Sebastião Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo, criar um Estabelecimento de Ensino de 1.º Grau, no Distrito de Boa Esperança do Iguaçu, Município de Dois Vizinhos, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 21, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 132-74.
Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 135ª Sessão Ordinária Realizada em 20 de Agosto de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Arizone Araújo e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domício Scaramella, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, Lázaro Dumont, João Fadel, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quíelise Crisóstomo, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Rosário Pitelli (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aginaldo Pereira Lima, Antônio Maciel, Emílio Carazzai, Francisco Escorsin, Haroldo Bianchi, Luiz Roberto Soares e Xenofonte Villanueva (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado David Federmann, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 113-74.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor General Mário Fortes, Digníssimo Secretário de Segurança Pública do Estado, apelo no sentido de ser instalado, na cidade de Maringá, um Órgão do Instituto de Polícia Técnica, com o que será sensivelmente melhorado o atendimento de toda uma rica e progressista região, abrangendo aproximadamente 40 (quarenta) Municípios. Pede seja ressaltado, ainda, que Maringá, pela sua extraordinária posição técnico-científico-cultural, através de sua Universidade, está em condições de oferecer os elementos necessários ao funcionamento em alto nível de um Órgão dessa natureza, dada a elevada capacidade de seu pessoal.

Apelamos, ainda, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública e ao Diretor do Instituto Médico Legal, seja transferido para a cidade de Maringá o equipamento e as geladeiras necessárias à conservação de cadáveres, que estavam sendo utilizadas nesta cidade e que foram recentemente substituídas por outras mais modernas. Esse equipamento será de grande valia para a melhoria dos serviços da região de Maringá.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1974.

(a) — Jorge Sato

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja dirigido ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, o seguinte pedido de informações:

1) — Quantos e quais os servidores contratados pelo Estado nos últimos 12 (doze) meses e quais os respectivos cargos, funções e remuneração correspondente;

2) — Quais os funcionários de Sociedade de Economia Mista que foram colocados à disposição do Poder Executivo sem prejuízo de seus vencimentos e gratificações.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1974.

(a) — Maurício Fruct

JUSTIFICATIVA:

O volume de contratações registrado no atual Governo, vem criando uma série de problemas de ordem funcional junto àqueles que foram nomeados legalmente e que há anos labutam no serviço público. Funcionários que dedicam toda sua existência a serviço da causa pública, notadamente na faixa das denominadas funções técnicas, hoje se vêm desprestigiados por esta política administrativa, onde os apadrinhados dos homens do Governo ingressam no Serviço Público com vencimentos altíssimos, muito superiores aos dos já mencionados.

O fato se verifica nas Sociedades de Economia Mista, onde a notícia que temos conhecimento é de que homens da alta esfera administrativa e da simpatia da cúpula que dirige o Estado, foram nomeados para importantes cargos nestas Companhias e imediatamente após, colocados à disposição do Poder Executivo, sem prejuízo de seus vencimentos e gratificações, com o objetivo único de se locupletarem com os polpidos rendimentos auferidos nestas empresas mais diárias, verba de representação e função gratificada, pagos pelo Estado.

Isto, Senhores Deputados, é muito grave e não pode acontecer num Estado como o Paraná, já dilapidado por máis governantes que antecederam esta, dotado de toda a confiança do Poder Central.

O SR. PRESIDENTE — Esta finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição n.º 251-73, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando desenvolver atividades de Defesa Sanitária no Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 2-73, de autoria do Dep. Quíelise C. da Silva, que institui o dia da Agropecuária no Paraná, a ser oficialmente comemorado no dia 19 de setembro de cada ano. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.A.I.C. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 40-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo instituir a "Festa da Soja", no Município de Palotina, cuja efeméride dar-se-á no terceiro domingo do mês de maio dos anos ímpares, a partir de 1973 e denomina a sede do referido município de "Capital da Soja". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 40-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Festa da Soja no Município de Palotina a realizar-se no terceiro domingo de maio dos anos ímpares, a partir de 1973 e denominando ainda "Palotina Capital da Soja".

Art. 2.º — A Secretaria da Agricultura e os Órgãos de Divulgação do Estado, Paranatur e Famepar realizarão entendimentos com o Município de Palotina, no sentido de disciplinar a participação no Estado, estabelecido no Artigo 1.º

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1973.

(a) Leopoldo Jacomet

JUSTIFICATIVA:

O Município de Palotina comemorou a primeira festa do Soja em 23 de maio de 1971, quando a colheita daquela leguminosa atingiu a soma de hum milhão e trezentos mil sacas, em razão do que foi denominada "Capital da Soja" e diga-se de passagem com justa razão, pois a comemoração desses festejos teve repercussão nacional, não somente pelo volume das sa-

fras, mas também pelo grande número de maquinários agrícola que destilou numa demonstração de força da agricultura no Município. Para que se tenha idéia disso, torna-se necessário aqui enumerar o maquinário que abrangeu aquela festividade, compondo-se de 54 tratores de destoca, 572 tratores de arados de disco (tomba terra), 97 combinadas colhedoras (com capacidade de 90 sacas de 60 Ks por hora), 35 tratores "Pulverizadores" além de possuir na época uma cooperativa com capacidade para estocagem de 400 mil sacas. Dali para cá sem dúvida alguma se não triplicou é certo que dobrou, em consequência de que a safra que já se iniciou para as festividades deste ano é da ordem de dois milhões e duzentas mil sacas.

Assim pois, entendemos que nada é mais justo e razoável que o Poder Legislativo lhes outorgue através de Lei a denominação de "Palotina a Capital da Soja".

Pelas razões acima, apresentamos o presente plano de Lei, esperando que os nobres pares deem o necessário apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 40-73

1 — O plano de lei em foco, de autoria do ilustre Deputado Leopoldo Jacomel, visa autorizar o Poder Executivo a instituir a "Festa do Soja" no Município de Palotina a realizar-se no terceiro domingo de maio nos anos ímpares, a partir de 1974 e denominando ainda "Palotina Capital do Soja". e dá outras providências.

2 — Entendemos que a matéria contida no projeto encontra amparo legal e constitucional, não conflitando com dispositivos da Constituição Estadual, daí nosso parecer FAVORÁVEL à presente proposição, que ora examinamos nesta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1973.

ANTÔNIO COSTA — Presidente

WILSON FORTES — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 40-73

O ilustre Deputado Leopoldo Jacomel, através do Projeto de Lei ora em exame, autoriza o Poder Executivo a instituir a "Festa do Soja", no Município de Palotina, a realizar-se no terceiro domingo de maio dos anos ímpares, a partir de 1973, e denominando ainda "Palotina Capital do Soja".

Examinada a proposição nos seus aspectos de ordem financeira, que é a atribuição desta Comissão, opinamos no sentido de que a Casa poderá aprová-la.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973

Ovidio Franzoni — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 40-73

1 — O Projeto de lei em estudo, de autoria do ilustre Deputado Leopoldo Jacomel, visa autorizar o Poder Executivo a instituir a "Festa do Soja", no Município de Palotina, a realizar-se no terceiro domingo do mês de maio dos anos ímpares e dá outras providências.

2 — Esta proposição já mereceu pareceres favoráveis quanto aos aspectos de ordem legal, constitucional e financeiro, das ditas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — Dadas as razões apresentadas pelo nobre autor, na justificação do projeto, não vemos nada há opor quanto ao mérito da presente proposição, razão pela qual somos favoravelmente à sua APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente

Arizone Araújo — Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 40-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a "Festa do Soja" no Município de Palotina, a realizar-se no terceiro domingo do mês de maio dos anos ímpares, a partir de 1975.

Parágrafo Único — A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e os órgãos de divulgação do Estado, bem como a Paranatur e Famepar realizarão entendimentos com o Município de Palotina, no sentido de disciplinar a participação do Estado na referida festividade.

Art. 2.º — A cidade de Palotina, sede do Município do mesmo nome, é considerada a "Capital do Soja".

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente

Arizone Araújo — Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33-74, de autoria do Dep. Fuad Nacli, que declara de Utilidade Pública, o Centro Acadêmico Carlota Meneghel da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, da Cidade de Bandeirantes. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 33-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, o Centro Acadêmico Carlota Meneghel da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, de Bandeirantes.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1974.

(a) Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente plano de lei, à consideração dos nobres pares, visamos apenas reconhecer o Centro Acadêmico Carlota Meneghel de Utilidade Pública, cujos Estatutos encontram-se anexos e por si só justificam nossa pretensão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 33-74

AUTOR: Deputado Fuad Nacli

PARECER:

Propõe o nobre Deputado Fuad Nacli, pelo presente Projeto de Lei, que seja declarada de Utilidade Pública, o Centro Acadêmico Carlota Meneghel da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, de Bandeirantes.

Examinando-se os documentos anexos ao Projeto, constata-se que a referida entidade preenche todos os requisitos da Lei pertinente à matéria, ou seja: a) adquiriu personalidade jurídica; b) está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade; c) os cargos de sua diretoria não são remunerados.

Assim sendo, está a presente Proposição em condições de ser acolhida pela Casa.

Pela APROVAÇÃO do Projeto para ulterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente

Deputado Wilson Fortes — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 33-74, de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública o Centro Acadêmico "Carlota Meneghel", da Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel", da cidade de Bandeirantes, neste Estado.

2. Havendo já a dita Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela legalidade e juridicidade da matéria e incorrendo implicações de ordem financeira na eventualidade de sua aprovação, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de manifestar-se favoravelmente ao Projeto de Lei testilhado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 19 de junho de 1974.

Deputado Ovidio Franzoni — Presidente

Deputado João C. Fadel — Relator

(Assinatura ilegível)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81-74, de autoria do Dep. Paulo Poli, que outorga o Título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao Sr. Luiz Meneghel. Parecer favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 81-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Outorga o Título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao Senhor Luiz Meneghel.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1974.

JUSTIFICATIVA:

A gratidão, indubitavelmente, uma das marcas mais preciosas da personalidade humana. Cultuá-la, pois, um dever irrecusável do homem, quer isoladamente, quer fora atuante de uma coletividade consciente e que, por recomendável extensão, segue seus passos e exemplo dignificante.

O Paraná tem, por tal feito a sua grande dívida de gratidão para com um homem que soube através dos tempos agigantar-se aos olhos de todos os seus filhos afirmação de caráter retilíneo de trabalho perseverante e a indicar aos que dele participaram a certeza de que mais do que a luta pela própria sobrevivência formavam as extraordinárias vanguardas da construção de uma terra que em breve valeria como uma autêntica explosão de progresso e de abrigo às melhores aspirações dos que a amavam e desejavam vê-la como aceno à existência de um povo que se confundia com seu próprio nome BANDEIRANTES.

Iniciando sua caminhada de homem de fibra e tempera de aço comprovada em seu Estado natal, São Paulo, terras de seu pai, fruto de seu já maduro entendimento de que um homem só é de traçar o próprio destino quando aceita os desafios do sacrifício a transformar-se na glorificação do mesmo. Conceituado entre os que bem perto já podiam dar a verdadeira dimensão de sua capacidade realizadora, tornou-se merecedor da abertura de uma frente de crédito a estimulá-la. Conquistou-o para tornar realidade um sonho ardentemente acalentado, instalar uma pequena Usina de açúcar. Mas este homem não nascera para apequenar-se na ingloria contemplação de um só triunfo, eis que nele reconhecia, apenas um simples levantar de olhos para o futuro que não temia. Resolva, passado pouco tempo da instalação da referida Usina, entregar sua Direção a seus irmãos e lançar-se à mais consagrada jornada de sua vida, qual seja a de integrar-se à vida e trabalho que sabem enobrecer os incontestáveis campeões responsáveis pela grandeza da terra paranaense, cravando nas terras de BANDEIRANTES a sagrada bandeira da permanente convocação para tornar o Município orgulho das demais comunidades, a justa repetição do que lhe acontecera em seu Estado natal, e sob as constantes e gratas provas de estímulo de sua valorosa e admirável esposa, encontrava no Paraná o crédito a permitir-lhe a instalação de uma nova Usina com capacidade inicial de distribuição de 50.000 sacas do produto por safra. Esse crédito recaía sobre um homem cuja tenacidade poder de ação e visão quando à superação das barreiras a enfrentar, valia como o anúncio da presença de um lançador das sementes do progresso que se confunde com a felicidade dos que o ajudaram a consolidá-lo. O empreendimento estava fadado ao sucesso que não lhe poderia faltar, vindo a atingir, já agora, distribuição de um milhão de sacas do produto por safra.

Quem pode, na atualidade, falar em BANDEIRANTES sem enunciar, ao mesmo tempo, o nome venerado, respeitado e nacionalmente acreditado, de LUIZ MENEGHEL? Logicamente que ninguém. E por que? Porque é um símbolo de trabalho gigante e de amor extremado ao seu Município, a cuja grandeza ligou a própria vida.

Suas proluvas atividades impuseram-no ao elevado posto de Diretor-Presidente da Açúcar e Alcool Bandeirante S. A., presidente da Associação dos Usineiros do Paraná e prefeito do Município de Bandeirantes.

Possuía o título de Comendador, expedido pela Sociedade Geográfica Brasileira, em 1961, conforme Decreto n.º 45.566 de 13 de março de 1959. É detentor, também, do título de Benemérito da Igreja Católica, conferido pelo saudoso e piedoso Papa Pio XII, face os inestimáveis serviços prestados à religião católica, despendendo como sua maior obra a construção da Igreja de Bandeirantes. Incentivador do esporte bretão no Município, está à frente dos destinos do União Futebol Clube de Bandeirantes.

Não existe, realmente, em Bandeirantes, iniciativa qualquer e à altura de estímulo e proteção que esteja divorciada da participação, direta ou indireta de LUIZ MENEZES. É a mola propulsora das melhores e mais corretas iniciativas, sempre pronto a unir-se aos anseios e reclamos de seu povo.

Conferir, pois, a LUIZ MENEZES, o título de Cidadão Honorário do Paraná, um imperativo de consciência e uma prova magnífica de gratidão a quem tanto soube honrar nosso Estado, servir sua gente e dizer da condução de um trabalho que invariavelmente contribuiu para nosso progresso.

Finalmente, registrar os nomes de seus queridos familiares, é recomendar à nossa gente quem, a seu lado, sempre representou o amor e a inspiração a sustentar uma motivação de vida tão preciosa para eles, tão disputada pelo Paraná.

ESPOSA:

Senhora MARIA LUIZ BERTO MENEZES.

FILHOS:

PAULO ANTONIO, casado com a Senhora Niva Benze.

SENAFIM, casado com a Senhora Carlota Renze.

DANIEL, casado com a Senhora Eda Rolim.

DIACONO, casado com a Senhora Maria Cecília Morrete.

AUGUSTA, casada com o Senhor José Rendo.

MAFALDA, casada com o Senhor Mario Cavaccioli.

DOLINDANA, casada com o Senhor Joaquim Crespo Paiva.

MARISA, casada com o Senhor Dr. Cesar Tomé.

ANTONIO LUIZ, solteiro.

Possue 26 netos.

Deputado Paulo Poli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 31/74

1 — Visa o presente projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Paulo Poli, conceder o título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao Senhor Luiz Meneghel.

2 — Referida matéria se nos afigura de justiça, razão pela qual não vemos qualquer impedimento tanto de ordem legal ou constitucional, daí o nosso parecer é pela APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1974

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Wilson Fortes — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 31/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de "Cidadão Honorário do Paraná" ao Senhor Luiz Meneghel.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em ... de ... de 1974

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Wilson Fortes — Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90/74, de autoria do Deputado Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública, a "Sociedade Claretiana de Educação e Assistência de Londrina", com sede na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado

PROJETO DE LEI N.º 90/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Claretiana de Educação e Assistência de Londrina", com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1974.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Claretiana de Educação e Assistência de Londrina, tem por objetivo prestar assistência social e educacional, com caráter beneficente e caritativo a crianças, jovens, adultos e velhos da comunidade londrinense, através de creches, educandários, hospitais, casas de amparo, etc. Estando em atividade desde 1967, tem prestado os mais relevantes serviços à comunidade, de maneira cristã e desinteressada. É de inteira justiça que o poder público a reconheça como de utilidade pública, para que possa auferir dos benefícios legais. Esperamos o apoio de nossos nobres Pares a esta iniciativa.

SOCIEDADE CLARETIANA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA — LONDRINA
Ata da Assembléia Geral Ordinária, realizada aos 30 de julho de 1974

Aos 30 dias do mês de julho do ano de mil e novecentos e setenta e um, às 10 horas, na sede social da Sociedade, na cidade de Londrina, no Parque Guanabara, reuniram-se os membros da Sociedade Claretiana de Educação e Assistência, em Assembléia Geral.

Tomando a palavra a Presidente em cargo, Madre Leônia Milito (civilmente: Maria) expôs às presentes que a Assembléia Geral tem a finalidade de eleger a Presidente da Diretoria Executiva da Sociedade Claretiana de Educação e Assistência, por estar expirando o prazo para o qual foi eleita.

Por aclamação unânime das presentes, é reeleita para o cargo de Presidente da Diretoria Executiva, a Madre Leônia Milito (civilmente: Maria) que agradece a sua reeleição para o cargo de presidente e informa que, neste momento, deseja convidar, para completarem a Diretoria Executiva, os seguintes membros, com os respectivos cargos de: Vice-Presidente, Secretária, Vice-Secretária, Tesoureira e Vice-Tesoureira: Madre Tarcísia Gravina (civilmente: Laura), Madre Martha Haddad, Madre Aparecida de Lourdes Arado, Madre Lídia Stasi (civilmente: Assunta) e Madre Alda Scianni (civilmente: Josefina).

Com a palavra, pela ordem, as indicadas declaram que aceitam a sua indicação para completarem a Diretoria Executiva para os cargos indicados e

agradecem por terem sido escolhidas. Todos os membros da Diretoria Executiva são empossados nos cargos pelos quais foram eleitos.

Nada mais havendo a tratar e ninguém pedindo a palavra, a Presidente declara suspensa a Assembléia Geral, pelo tempo necessário à lavratura desta Ata que lida e achada conforme, é assinada pela Presidente, por mim e por todas as presentes. (Ass.) Madre Leônia Milito — Madre Tarcísia Gravina — Madre Martha Haddad — Madre Aparecida de Lourdes Arado — Madre Lídia Stasi — Madre Alda Scianni — Madre Iolanda Xavier — Madre Eucarística Lo Conte — Madre Lídia De Luca — Madre Cesarina Belpério — Madre Celestina Maiorano — Madre Ida Belpério — Madre Corradina Falco — Madre Alba Paradio — Madre Ricarda Stasi — Ir. Dionísia Barato — Ir. Elza Domingues — Ir. Ocarlina dos Santos — Ir. Maria José Picarti — Ir. Maria do Carmo Moura — Ir. Letícia Palamín — Ir. Inês Serato — Ir. Dolores Martins — Ir. Maria de Lourdes Borges — Ir. Maria Aparecida Barboza — Ir. Aparecida Herreiro — Ir. Francisca Pereira — Ir. Elza Savazi — Ir. Cleuza Angélica Felício — Ir. Maria Prado — Ir. Dalva das Dores Tomazini — Ir. Marina Delfino — Ir. Maria José Vilas Boas — Ir. Ovidia Neves.

Londrina, 30 de julho de 1974.

Presidente: Madre Leônia Milito — (civilmente: Maria)

Secretaria: Madre Martha Haddad

ESTATUTOS DA

"SOCIEDADE CLARETIANA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA DE LONDRINA"

CAPÍTULO I — Da Denominação, Sede e Fins

Art. 1.º — A "Sociedade Claretiana de Educação e Assistência de Londrina", neste Estatuto representada pelas iniciais S.O.C.E.A.L., fundada por prazo indeterminado, com sede e foro nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, é uma Sociedade de caráter beneficente, caritativo, educacional e de assistência social, que tem por fim amparar crianças, jovens, adultos e velhos, por intermédio de Creches, Educandários, Hospitais, Colégios, Bibliotecas e Casas de Amparo, que poderá manter, ou por intermédio de obras assistenciais mantidas por outras entidades, e cu por efeito de convênios e que serão administradas por esta Sociedade.

CAPÍTULO II — Do Patrimônio Social

Art. 2.º — O Patrimônio social é constituído:

- a) de rendas eventuais, provenientes de contribuições de pessoas ou entidades, em geral;
- b) de subvenções de alunos em geral de qualquer das obras mantidas ou que venham a ser criadas pela Sociedade.

CAPÍTULO III — Da Administração e Direção

Art. 3.º — A S.O.C.E.A.L. tem pessoa jurídica própria, autônoma e independente e será administrada por uma Diretoria Executiva, eleita pela Assembléia Geral Ordinária, na forma do Art. 4.º deste Estatuto.

Art. 4.º — A Diretoria Executiva da S.O.C.E.A.L. será composta de 6 (seis) pessoas: Presidente, eleita pela Assembléia Geral Ordinária, com mandato de 4 (quatro) anos; Vice-Presidente, Secretária, Vice-Secretária, Tesoureira, Vice-Tesoureira, de livre escolha e nomeação da Presidente, com mandato, por prazo indeterminado, podendo ser demitidas a qualquer tempo pela Presidente.

Art. 5.º — Compete à Presidente:

- a) Representar a Sociedade em Juízo ou fora dele, nas suas relações com terceiros e perante os poderes públicos podendo praticar todos os atos de administração e assinar os respectivos papéis, documentos e contratos, assumir encargos e obrigações, transigir, fazer quaisquer pagamentos, receber quaisquer quantias, dando as quitações respectivas e constituir procuradores, em nome da Sociedade, na forma e dentro da limitação da lei.

Para a emissão ou endosso, de quaisquer títulos de crédito, cheques, para o recebimento, oneração ou alienações de bens imóveis, mesmo por doação, será necessária, todavia a assinatura conjunta de dois diretores, um dos quais será necessariamente a Presidente.

Art. 6.º — Compete à Vice-Presidente:

Substituir a Presidente, nas ausências e impedimentos desta, na representação da Sociedade.

Art. 7.º — Compete à Secretária:

Executar ou fazer executar todo o serviço de Secretaria, em todas as Obras Assistenciais da S.O.C.E.A.L. ou de outras entidades cujas obras assistenciais estejam sob administração da SOCEAL, para manter perfeita uniformidade nos mesmos.

Art. 8.º — Compete à Vice-Secretária:

Substituir a Secretária, nas ausências e impedimentos desta.

Art. 9.º — Compete à Tesoureira:

Executar ou fazer executar todo o serviço de tesouraria, em todas as obras assistenciais da S.O.C.E.A.L. ou de outras entidades cujas obras assistenciais estejam sob administração da SOCEAL, para manter perfeita uniformidade nos mesmos.

Art. 10 — Compete à Vice-Tesoureira:

Substituir a Tesoureira nas ausências e impedimentos desta.

Art. 11 — Todos os cargos eletivos ou de nomeação da sociedade são exercidos gratuitamente e somente o poderão ser por membros de Sociedade, sócios cooperadores da SOCEAL.

A Sociedade aplica integralmente o superávit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento das suas finalidades sociais, no País.

Art. 12 — A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, 4 vezes por ano e, extraordinariamente, quando convocada pela Presidente.

CAPÍTULO IV — Das Assembléias Gerais

Art. 13 — A Assembléia Geral Ordinária será realizada no mês de janeiro de cada ano para apreciar o relatório das atividades da sociedade, apreciar as contas da Diretoria Executiva, inclusive para eleger a Presidente da Diretoria Executiva, conforme preceitua o art. 4.º do Cap. III.

Art. 14 — A Assembléia Geral Ordinária, digo, Extraordinária, será realizada a qualquer tempo, mediante convocação da Presidente da Diretoria Executiva, ou de 1/3 no mínimo, dos membros da SOCEAL.

Art. 15 — As Assembléias Gerais serão convocadas, sejam as ordinárias como as extraordinárias, por carta protocolada expedida a todos os membros da SOCEAL, com 15 dias de antecedência, no mínimo, e terão sua mesa composta de uma Presidente, escolhida pelas presentes e de uma Secretária, indicada por aquela.

Art. 16 — As deliberações nas Assembléias Gerais, serão tomadas por maioria dos votos, sendo que cada membro presente só poderá dar um voto.

CAPÍTULO V — Dos Associados, seus Deveres e Direitos

Art. 17 — O quadro social da SOCEAL compor-se-á de membros da SO-

CEAL, aqui designados como sócios COOPERADORES e de sócios BENEMÉRITOS, na forma do Art. 19.

Art. 16 — Os sócios COOPERADORES devem dedicar-se inteiramente ao bem estar da SOCEAL, em todos os sentidos e sob todas as formas.

São direitos dos sócios cooperadores: discutir nas Assembleias Gerais, votar e ser votado, bem como ser eleito ou indicado para qualquer dos cargos da Diretoria Executiva da SOCEAL.

São deveres dos sócios cooperadores, cumprir o presente estatuto, os Regulamentos internos e as decisões da Diretoria Executiva, exercer com dedicação e gratuitamente o cargo para o qual tenha sido eleito ou nomeado.

Art. 19 — São considerados sócios BENEMÉRITOS da Sociedade as pessoas que destinarem doativos em dinheiro ou em espécie do valor igual ou superior a NCr\$ 500,00.

O sócio Benemérito não tem direito a qualquer participação na Administração ou direção da SOCEAL, sendo sua condição de sócio, honorífica.

CAPÍTULO VI — Da Dissolução e Liquidação

Art. 20 — A SOCEAL poderá ser dissolvida por motivo de dificuldades insuperáveis, mediante tomada pelo mínimo de 5% dos seus membros, convocados em Assembleia Geral Extraordinária, caso em que será escolhido o liquidante e a forma de liquidação.

Art. 21 — Será dissolvida a SOCEAL, o dia em que o número de seus sócios Cooperadores, for inferior a 10 (dez).

Art. 22 — Uma vez procedida a liquidação da SOCEAL, o remanescente do seu Patrimônio será entregue a outra Associação a ser indicada pela Assembleia que receber e julgar as contas do liquidante.

CAPÍTULO VII — Disposições Gerais

Art. 23 — Os sócios de qualquer categoria não respondem, solidária ou subsidiariamente, ativa ou passivamente, pelas obrigações sociais, mesmo quando investidos em cargos de direção.

Art. 24 — Este Estatuto poderá ser modificado pela Assembleia Geral Extraordinária, para este fim convocada e entrará em vigor na data de sua aprovação.

Londrina, 19 de novembro de 1967.

Presidente: Madre Leônia Milito (civilmente Maria Milito), italiana,

Reg. Estrangeiros n.º 469.315.

Secretária: Madre Martha Haddad — brasileira

Carteira de Identidade n.º 185.228.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 90/74

1 — Subscrito pelo ilustre Deputado Olavo Ferreira, visa o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Sociedade Claretiana de Educação e Assistência de Londrina, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

2 — Referida entidade preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou seja:

a) — que está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade;

b) — que está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas; e

c) — que os membros de sua diretoria não são remunerados a qualquer título.

3 — Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Quielise Crisóstomo da Silva — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 113/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, pedido de informações sobre funcionários contratados. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, substanciado em apelo no sentido de ser instalado, em Maringá, um Departamento do Instituto de Polícia Técnica. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 76/73 e de Lei n.º 2/73.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 40/73, 33/74, 81/74 e 90/74.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 42/74 e 46/74.

Levanta-se a Sessão.

DFCP — CONTABILIDADE GERAL BALANCETE DO MÊS DE JUNHO DE 1974

A T I V O

DISPONÍVEL			
Tesouraria	4.083.120,71	4.083.120,71	
EXECUÇÃO DA DESPESA			
Venc. e Vantagens Fixas	7.564.357,00		
Desp. Var. c/P. Civil	3.460.177,46		
Material de Consumo	402.436,36		
Serviços de Terceiros	1.604.792,15		
Encargos Diversos	715.900,00		
Desp. Exerc. Anter.	119.441,01		
Subvenções Sociais	2.816.750,00		
Inativos	1.184.351,79		
Pensionistas	467.066,06		
Salário Família	162.412,80		
Equip. e Instalações	589.329,85		
Material Permanente	13.200,01		
Aux. p/Obras Públicas	—	19.100.216,49	19.100.216,49

CONTAS PENDENTES

Despesas Diferidas	—	—	—
SOMA DO ATIVO			23.183.337,20

PASSIVO

LIBER. SECR. FAZENDA

Pessoal

Venc. e Vantagens Fixas	7.720.000,00		
Desp. Var. c/P. Civil	3.543.000,00		
Inativos	1.225.000,00		
Pensionistas	472.000,00		
Salário Família	180.000,00	13.140.000,00	

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

Material de Consumo	245.000,00		
Serviços de Terceiros	1.050.000,00		
Encargos Diversos	500.000,00		
Desp. Exerc. Anter.	60.000,00		
Subvenções Sociais	1.800.000,00	3.655.000,00	

CAPITAL

Equip. e Instalações	410.000,00		
Material Permanente	150.000,00		
Aux. p/Obras Públicas	2.020.000,00	2.580.000,00	19.375.000,00

CREDORES

Despesas Empenhadas	1.420.210,29		
Despesas Processadas	836.458,81		
Folhas de Pagamento	779.251,60		
Restituições	12.807,21		
Consignações	1,69	3.048.729,60	

RESTOS A PAGAR

Empenhados	57.082,34		
Processados	2.100,00	59.182,34	

CONTAS PENDENTES

Outras Contas Pendentes	700.425,26	700.425,26	3.808.337,20
-------------------------------	------------	------------	--------------

SOMA DO PASSIVO			23.183.337,20
-----------------------	--	--	---------------

Palácio "XIX de Dezembro", em 01 de julho de 1974.

(Assinatura ilegível) — Chefe da Seção de Contabilidade.

(Assinatura ilegível) — Chefe da Div. Cont.

(Assinatura ilegível) — Contador Geral.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 136ª Sessão Extraordinária

Realizada em 21 de Agosto de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Muggiati Filho secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicílio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nachi — Gabriel Manoel — Gilberto Carvelho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Emílio Carazzai — Francisco Escorsin — Haroldo Bianchi — Leopoldo Jacomel — Maurício Fruet — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 132/74. Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 60/73, de autoria do Deputado Domicílio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada de acesso à sede do Município de Bituruna, até a Rodovia BR-153, que demanda de União da Vitória até Erechim, no Rio Grande do Sul. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Rejeitado o Projeto e martido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária convocando outra para a próxima sexta-feira, dia 23, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão Única da Proposição n.º 134/74.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 137ª Sessão Ordinária
Realizada em 21 de Agosto de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Santos Lima, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nachi — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Lesso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão (40); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Emilio Carazzai — Francisco Escorsin — Haroldo Bianchi — Leopoldo Jacomet — Maurício Fruet — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (7).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SENHOR PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos

O SENHOR 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SENHOR 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 116/74.
- de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 115/74.
- de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 113/74.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Parra Morilhas, ocorrido em 14 de agosto de 1974 na cidade de Jandaia do Sul.

O extinto foi um dos fundadores deste Município e ex-presidente da Cooperativa dos Cafeicultores de Jandaia do Sul.

Solicito ainda, que da decisão do Plenário, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1974.

(a) Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro, ouvida a Casa, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na cidade de Toledo, do Exma. Senhora Margarida Leonardi, estimada personalidade que, além de integrar uma das mais tradicionais famílias locais, é também pioneira na fundação da progressista comunidade paranaense.

Se aprovado o presente, requeiro que do fato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1974.

(a) Ivo Rocha

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o registro, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em Toledo, do Sr. Caetano Perin, um dos pioneiros daquela região e membro de uma das mais tradicionais famílias do citado Município.

Requer, ainda, que do presente seja dado conhecimento à família do extinto.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1974.

(a) Ivo Rocha

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro, ouvida a Casa, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na cidade de Toledo, do Senhor Eleutério Ficagna, estimada e tradicional figura da sociedade local e pioneiro da colonização da progressista região oeste do Paraná.

Se aprovado o presente, requeiro que do fato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1974.

(a) Ivo Rocha

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Segundo Rossoni, ocorrido na cidade de Toledo. O referido cidadão é um daqueles desbravadores da região, cujo progresso e desenvolvimento muito deve ao seu espírito de dedicação e serviço ao bem comum.

Requer, ainda, que do presente Requerimento, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1974.

(a) Ivo Rocha

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

REQUER a inserção em Ata de um voto de profunda consternação pelo falecimento, ocorrido nesta Capital, da veneranda Sra. Ricardina Santos Rüppel, tronco de tradicional e conceituada família e que soube enaltecer o seu viver com dignificantes exemplos de esposa e mãe.

Viúva do Sr. Severo Ferreira Rüppel, a notícia do seu passamento repercutiu dolorosa e intensamente na sociedade paranaense.

Era genitora dos senhores Antônio Ferreira Rüppel e Ivan Santos Rüppel, pessoas de real projeção política e social, e das Sras. Olinda Rüppel Sotto Maior e Ivanete Rüppel, deixando catorze netos e cinco bisnetos.

Aprovado o requerido, solicita o autor que a decisão da Casa seja comunicada à família enlutada, acompanhada de cópia deste Requerimento, com endereço à Rua Moisés Marcondes, n.º 523, Juvevê, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1974.

(a) Erondy Silvério

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 125/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Curitiba, uma Pá Carregadeira, pertencente ao 16.º Distrito Rodoviário, marca Traxcavator Fiat, modelo F.L.6, número 58.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1974.

(a) Gabriel Manoel

JUSTIFICAÇÃO:

O trator a que se refere o Projeto está em poder do Município de Curitiba, por força de empréstimo. Ocorre que a máquina, no estado em que se encontra, não mais pode servir em termos econômicos ao Estado.

Daí a presente doação, a fim de que o Município, como proprietário, obtenha alguma vantagem investindo na sua recuperação.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do Projeto de Lei proposto.

Projeto de Lei n.º 126/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Paulo Cruz Pimentel, ex-Governador do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1974.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

O "Curriculum Vitae" do homenageado e a justificação do presente Plano de Lei serão oportunamente apresentados em Plenário, para instrução deste Projeto.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou apresentar à consideração da Casa, tenho certeza aprovará por unanimidade, um Projeto de Lei que visa conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Paulo Cruz Pimentel, ex-Governador deste Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho muito cuidado na apresentação de proposições desta natureza, porque acho que esta Casa tem que valorizar sobremaneira a concessão destas honrarias.

Porisso é que eu, principalmente, tenho muito cuidado na apresentação de Requerimentos desta natureza. Mas esse, eu o faço com a consciência tranquila, porque todo o Paraná ainda lembra com saudade, da extraordinária administração de Paulo Pimentel no Governo do Estado. Foi um Governador que inovou métodos administrativos, inclusive, com o seu contínuo e perpétuo otimismo, nas horas mais difíceis do Estado, ele soube conduzir os negócios públicos com extrema felicidade.

Todos nós, estamos lembrados da crise econômico-financeira que abateu sobre o País no ano de 1966, fruto de reformulação da política financeira do Governo Central. O Paraná viu-se envolvido com uma das maiores crises financeiras que temos conhecimento desde o ano de 1928.

A indústria principalmente, a insipiente indústria do Paraná, atravessou momentos de extrema dificuldade, pela quase que impossibilidade de obtenção de capital de giro e de créditos para a movimentação da indústria, e em consequência, o próprio comércio sofreu também com esta paralisação das atividades econômicas do Estado. E naquela oportunidade, nós vimos o Governador Paulo Pimentel lançar mãos de todos os recursos com que contava o Estado do Paraná, através do então BADEP, socorrendo indústrias de base que constituem hoje um motivo de justo orgulho para nós paranaenses.

A existência destas indústrias no Paraná, não fora a ação decisiva de Paulo Pimentel na oportunidade, estas indústrias teriam socobrado diante das dificuldades imensas que lhe criara a política financeira do Governo Central, na época.

Não quero fazer análises daquele episódio diretamente, no que diz respeito à política financeira do então Presidente Castelo Branco. Mas as suas implicações na vida econômica nacional, foram sentidas, muito sentidas por sinal, principalmente naqueles Estados em que a indústria ainda engatinhava seus primeiros passos, é justamente o caso do Paraná.

Mas naquela oportunidade, nós tivemos a mão firme, de um Governador que além do seu contagiante otimismo, colocou todos os recursos do Estado a serviço destas indústrias. E o BADEP socorrendo-a no momento preciso e oportuno, pode livrá-las da bancarrota, e hoje, elas estão aí, empregando milhares e milhares de paranaenses, criando para a nossa economia, importantes recursos que estão promovendo o desenvolvimento econômico do Estado. Além da sua atuação magnífica no campo econômico-financeiro. Nós tivemos no campo administrativo um verdadeiro "record" em quilômetros de asfalto. Foi o Governo que somou todos os governos anteriores em matéria de asfaltamento de estradas. Paulo Pimentel asfaltou mais em seu Governo do que todos os governos anteriores do Estado do Paraná, reunidos. Isto não é demérito nenhum para os governos do Paraná, mas é decorrência da própria condição econômico-financeira do Estado, que atravessou uma fase áurea, uma fase de expansão, que Paulo Pimentel iniciou quando foi buscar no exterior aqueles recursos para a implantação de uma infra-estrutura dentro do

Estado do Paraná. Fez dívidas, é verdade, mas são dívidas que se constituem num verdadeiro investimento, porque todo dinheiro aplicado em novas infra-estruturas, é devolvido com juros, à população. O crescimento aparece no Sudoeste paranaense no Norte novíssimo e de outras regiões importantes do Estado do Paraná deve-se a estes quilômetros de asfalto construídos no Governo de Paulo Pimentel.

Seria um tanto entediado nós enumerarmos todas as obras realizadas durante o Governo de Paulo Pimentel; entretanto na justificativa do Projeto nós vamos apresentar, não só o "currículo" do homenageado, mas também as realizações que ele fez nos seus 5 anos de Governo, pela gente paranaense.

Nestas condições, com esta breve justificativa, acho que fundamental a apresentação dessa honraria, que repito, deve ser encarada por esta Casa com a máxima seriedade. Porque é um galardão que se outorga a quem realmente tenha prestado serviços extraordinários à gente paranaense. Não devemos fazer do título de Cidadão Honorário do Paraná um pergaminho sem valor, pela falta de critério na concessão dos mesmos.

Portanto, com esta justificativa verbal, que faço nesta oportunidade, eu dou por apresentado este Projeto de Lei e, da oportunidade devida, encaminharei o "currículo" e a justificativa com as realizações de Paulo Pimentel, no Governo do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No Norte do Paraná, está havendo um verdadeiro pânico, por parte dos pais e famílias alarmadas, diante do agravamento do surto de meningite.

A situação é tão delicada que em Londrina, onde se registra possivelmente o maior foco de meningite do Brasil, há escolas onde as aulas estão inclusive suspensas, até que cheguem as vacinas para devolver a tranquilidade aos pais de família.

Segundo os últimos informes, aproximadamente um mil e quinhentas pessoas já foram atacadas por meningite no Paraná. A maioria dos casos, fatais. E é de se lamentar que na entrada da Secretaria da Saúde Pública, aqui do Paraná, há uma placa que diz: "A saúde do povo é a suprema lei". Mas, lamentavelmente, desde 1971, as autoridades da saúde pública vinham sendo alertadas sobre o perigo da meningite no Brasil; e nenhuma providência para se repelir este mal, foi adotada pelos homens que têm a missão de zelar pela saúde do povo. E somente agora, quando a meningite está mutilando crianças e adultos é que vemos as providências iniciais, de se buscar vacinas nos Estados Unidos. E já com uma alegação de que seriam importadas apenas 220 mil doses de vacina, porque ela é muito cara.

Lamentavelmente, vemos, no Brasil, alguns setores merecendo do Governo um cuidado mais especial do que a própria saúde do povo. Assim é que a Loteria Esportiva pagava, no ano passado, 12 bilhões de cruzeiros antigos de hotéis e passagens de avião para os jogadores profissionais que disputavam o Campeonato Nacional de Futebol.

A CBD, ligada diretamente ao Ministério de Educação e Cultura, gastou 30 ou 35 bilhões de cruzeiros antigos na preparação da seleção brasileira de futebol. E a meningite está matando, fazendo vítimas, não temos, até agora, vacinas para salvar a vida de centenas de inocentes.

Fica aqui a nossa crítica pelo desleixo do Governo no setor da saúde pública. Esperamos que o lema da nossa Secretaria de Saúde não fique apenas na porta de entrada do prédio, mas que o Paraná possa ter tranquilidade; que os pais de família não fiquem mais apavorados diante desse surto de meningite, por falta de uma assistência mais efetiva. Porque a saúde do povo deve ser "a suprema lei", não apenas como símbolo, mas que proporcione, na prática, a tranquilidade do povo.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 251/73 que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando desenvolver atividades de Defesa Sanitária no Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02/73, de autoria do Deputado Quilse C. da Silva, que institui o Dia da Agropecuária no Paraná, a ser oficialmente comemorado no dia 19 de setembro de cada ano. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.A.I.C. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 40/73, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel que autoriza o Poder Executivo instituir a "Festa do Soja", no Município de Palotina, cuja efeméride dar-se-á no terceiro domingo do mês de maio dos anos ímpares, a partir de 1973 e denomina a sede do referido Município, de "Capital do Soja". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C. com SUBSTITUTIVO. — Aprovado, com Substituto, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/74, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que declara de Utilidade Pública o Centro Acadêmico Carlota Meneghel da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, da cidade de Bandeirantes. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/74, de autoria do Deputado

Paulo Poli, que outorga o Título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao Sr. Luiz Meneghel. Parecer favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, com Substituto, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90/74, de autoria do Deputado Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública, a "Sociedade Claretiana de Educação e Assistência de Londrina", com sede na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42/74 de autoria do Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo, declarar de Utilidade Pública a Escola "Santa Marcelina", da cidade de Pirai do Sul. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 42/74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de "Utilidade Pública", a Escola Profissional "Santa Marcelina", com sede e foro na cidade de Pirai do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1974.

(a) David Federmann

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública presta realmente relevantes serviços à coletividade, de maneira desinteressada; sua direção não recebe qualquer espécie de remuneração e seu estatuto social está devidamente registrado no Cartório competente.

Anexamos para o exame mais acurado dos Senhores Deputados o Estatuto da referida Escola.

Portanto, nada mais justo que seja declarada de utilidade pública a Escola Profissional "Santa Marcelina", para o que, contamos com o apoio dos nobres Deputados com assento nesta Casa de Leis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI DO SUL

— Estado do Paraná —

LEI N.º 334

A Câmara Municipal de Pirai do Sul, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º — Fica declarada de "Utilidade Pública" a Escola Profissional "Santa Marcelina" com sede nesta cidade de Pirai do Sul.

Artigo 2.º — Ficam revogadas as disposições em contrário, entrando em vigor esta Lei a partir de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Pirai do Sul, em 03 de abril de 1973.

Samuel Milléo — Prefeito Municipal.

Marcelo Zanella Milléo — Secretário Municipal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 42/74

Autor: Deputado DAVID FEDERMANN

I) — Conforme verificamos nos documentos que acompanham o processo, a Sociedade objeto deste Projeto preenche todos os requisitos da Lei n.º 91, de 28 de agosto de 1935;

II) — Somos, portanto, pela aprovação do mesmo, o qual está dentro dos princípios de ordem legal e constitucional.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17-6-74.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Ovídio Franzoni — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/74, de autoria do Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Reabilitação da cidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 46/74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Instituto Paranaense de Reabilitação — IPAR —, sediado em Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1974.

(a) Jorge Sato

JUSTIFICAÇÃO:

A documentação anexa, composta de Atestado expedido pelo Conselho Nacional de Serviço Social indicativo do respectivo registro nacional, o Certificado de Registro, emitido pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social fazendo referência ao competente registro naquela repartição, o texto da Lei Municipal n.º 556/67, que declarou a utilidade pública do Instituto, e os extratos do Diário Oficial do Estado, que publicaram o Estatuto da mencionada entidade, é mais do que suficiente para comprovar a pública utilidade do Instituto Paranaense de Reabilitação — IPAR —, de Maringá.

Todas as exigências estabelecidas na legislação que disciplina a matéria estão suficientemente atendidas, pelo que o Projeto tem garantido um trânsito normal pelos órgãos deste Poder.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n.º 46/74

PARECER

Submete-se à deliberação desta Comissão Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Jorge Sato, declarando de utilidade pública o Instituto Paranaense de Reabilitação — IPAR, com sede em Maringá.

Examinando-se a documentação anexa ao Projeto, verifica-se claramente que a referida entidade comprova todos os requisitos da Lei pertinente à ma-

téria, ou seja: a) adquiriu personalidade jurídica; b) está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade; c) os cargos da diretoria não são remunerados, por qualquer forma e que não distribui lucros, bonificação ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou protestos.

Não havendo qualquer restrição sob o aspecto constitucional, legal ou jurídico e ainda formal, opino pelo ACOHIMENTO da Propositura para ulterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento da veneranda Sra. Ricardina Santos Rüppel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Parra Morilhas ocorrido na cidade de Jandaia do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Rocha, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Margarida Leonardi. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Rocha, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Caetano Perin. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Rocha, constante do Expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. Luiz Segundo Rossoni. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Rocha, constante do Expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na cidade de Toledo, do Sr. Eleutério Ficagna. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 115/74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 113/74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 116/74. — **Aprovado.**

Lembro aos Srs. Deputados que amanhã, às 15.00 horas, haverá Sessão Solene, para outorga do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Horácio Coimbra.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, designando uma outra para sexta-feira, dia 23, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 40/73, 33/74, 81/74, 90/74;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 42/74, 46/74;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 114/74.

Levanta-se a Sessão.